PRÁTICAS DOS(AS) GESTORES(AS) ESCOLARES NA ESCOLA PÚBLICA: FORMAÇÃO INICIAL DOS LICENCIANDOS(AS) EM PEDAGOGIA

José Carlos Martins Cardoso
Universidade Federal do Pará (UFPA)
cardosonaza@yahoo.com.br

Jorge Antônio Lima de Jesus
Universidade Federal do Pará (UFPA)
pedagogojorgelima@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo teve o intuito de analisar as práticas dos(as) gestores(as) escolares no âmbito do processo de formação inicial dos alunos de graduação, do curso de licenciatura em Pedagogia, do Instituto Ciências da Educação, tendo como espaço formador a Escola Estadual Augusto Montenegro. Considera-se que o processo formativo do pedagogo requer um trabalho educativo integrado e visa desenvolver no âmbito escolar a interação entre universidade e rede pública de ensino, possibilitando uma relação entre teoria *versus* prática e universidade *versus* escola com a introdução de diversas práticas efetivas e vivenciadas no chão da escola.

O arcabouço teórico que assenta os vários conceitos de gestão escolar forma o escopo deste estudo e deve ser compreendido como um instrumento formativo, intercambiando os saberes elaborados numa construção prática de gestão. Estes serão desenvolvidos face aos conjuntos de atividades inerentes ao processo de formação, sempre integrado ao novo PPC/2019 (em aprovação) que afirma, no item III (p. 3), que:

[...] objetiva formar o pedagogo para atuar na gestão educacional e coordenação pedagógica, de modo que ele seja capaz de planejar, executar, acompanhar e avaliar processos educativos, organizacionais e de gestão com base na justiça social, no respeito à diversidade e no aperfeiçoamento da democracia.

O referido estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Práticas dos(as) gestores(as) no âmbito da escola pública: implicações na formação inicial dos licenciandos(as) em pedagogia”, desenvolvido com a participação dos gestores da Escola Estadual Augusto Montenegro, enviesado com a disciplina “Gestão de sistemas e unidades escolares”. Nesta, os acadêmicos têm aulas teóricas na

universidade, de modo remoto, envolvendo os aspectos conceituais acerca da gestão escolar, que confrontarão com o cotidiano do gestor(a) escolar da escola pública. A proposta é tornar os(as) futuros(as) pedagogos(as) profissionais capacitados para os novos tempos sobre as práticas de gestão escolar no âmbito da escola pública.

DESENVOLVIMENTO

A formação do(a) diretor(a) escolar no Brasil e no estado do Pará, região metropolitana, a partir dos anos de 1990, atrela-se à luta pela redemocratização do poder sacramentado no modelo de governo, que influenciou social, política e pedagogicamente a escola, particularmente quanto ao uso de tendências educacionais implementadas na formação do(a) dirigente escolar. Isso infundiu a ideia de que o uso do termo, em grande proporção, identifica-se comumente com a administração escolar, escamoteando o conteúdo político que perpassa no interior do princípio, oferecendo timidamente aportes de mobilização dos segmentos da escola, sem qualquer semelhança da administração escolar que admite um(a) administrador(a) como a referência, ponto de comando, dirigente escolar que promove ações e procedimento que realizam, direcionam e elaboram o fazer pedagógico no espaço da escola.

Na dimensão educacional, o princípio da gestão democrática escolar, especificamente no campo da formação para o exercício da direção escolar, passou a exigir uma reformulação do curso de formação inicial e continuada, concebendo, a partir da nova concepção teórica, os dirigentes escolares como profissionais da educação, responsáveis pela articulação, mobilização, organização, funcionamento e administração das relações pedagógica e familiar da instituição escolar. Dessa forma, estando encarregado de articular os processos formativos da escola concomitantemente com a realidade social.

Na região metropolitana da cidade de Belém-PA, a formação de dirigentes escolares continua, ainda, “baseada numa estrutura administrativa autocrática, vertical e hierarquizada” (ROMÃO; PADILHA, 1997, p. 91), de forma livresca e conceitual, cuja concepção formativa fundamenta-se numa direção escolar burocrática, em que “a organização escolar é vista como uma realidade objetiva,

neutra, técnica, que funciona racionalmente” (VIEIRA, 2003, p. 46), mantendo sobre seu controle todo o poder e tomada de decisões.

A continuidade desse modelo formativo ainda tem sido um impedimento para a adoção e definição de uma postura político-pedagógica dos dirigentes escolares em exercício na região metropolitana da cidade Belém. Alonso (2007) adverte que as organizações precisam adequar-se ao contexto sociopolítico e às exigências de sua época. Portanto, além de instruir e formar intelectual e socialmente os alunos, a escola é um campo de aprendizagem social e de convívio humano que cultiva valores, ensinamentos, sentimentos e provoca desafios a todos os participantes dessa comunidade educativa.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

O estudo em foco vem sendo desenvolvido durante a ministração das aulas da disciplina Gestão de Sistemas e Unidades Escolares, nos semestres letivos de 2021-2023. Segundo o PPC/2019, no Eixo 3 (p. 7): “a gestão democrática da escola pública privilegia o estudo de diferentes formas de participação política e o aprendizado de práticas democráticas capazes de formar sujeitos dialógicos e participativos na esfera da escola pública contemporânea.” Com isso, faz-se necessário tornar o espaço escolar um lugar de garantia de aprendizagem, pois, segundo Paro (1998, p. 3):

Fica evidente, portanto, a relevância de se refletir a respeito da prática do diretor da escola de ensino fundamental. Por isso, devem estar em pauta duas dimensões que se interpenetram mutuamente: de um lado, a explicitação e a crítica do atual papel do diretor, e de como a direção escolar é exercida; de outro, a reflexão a respeito de formas alternativas de direção escolar que levem em conta a especificidade político-pedagógica da escola e os interesses de seus usuários.

O ato pedagógico-administrativo de envolver os(as) alunos(as) nesse universo da gestão escolar favorece o conhecimento das técnicas de gestão e sua aplicabilidade no trabalho da escola básica pública. A partir dos conteúdos propostos na disciplina Gestão de Sistemas e Unidades Escolares e nas vivências da gestão escolar, por meio dos(as) gestores(as) da escola em tela, requerendo uma postura comprometida e atuante capaz de sinergizar o espaço de aprendizagem, busca-se dotar os(as) alunos(as) com estratégias criativas. Nesse sentido, é preciso propor e

levar avante uma verdadeira reformulação do atual padrão de escola, que esteja de acordo com uma concepção de mundo e de educação comprometida com a democracia e a formação integral do ser humano-histórico – e que se fundamente nos avanços da pedagogia e das ciências e disciplinas que lhe dão subsídios para a gestão democrática e participativa de todos que fazem a escola funcionar.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. Formação de Gestores Escolares: um campo de pesquisa a ser explorado. *In*: ALMEIDA, M. E. B.; ALONSO, M. (org.). **Tecnologias na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007.

NACARATO, A. M. A parceria universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 699-716, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216636..> Acesso em: 25 nov. 2020.

PARO, V. H. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROMÃO, J. E.; PADILHA, P. R. Diretores escolares e gestão democrática da escola. *In*: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 4.918, de 25 de abril de 2017**. Estabelece as normas para a concessão de carga horária docente para o desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão e dá outras providências. Belém, 2017. Disponível em: https://www.propesp.ufpa.br/arq/NOVA_RESOLUCAO_PROJETOS_N4918_25Abril2017.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 5.294, de 21 de agosto de 2020**. Aprova, de forma excepcional e temporária, o ensino remoto emergencial em diferentes níveis de ensino [...] e dá outras providências. Belém, 2020. Disponível em: http://proeg.ufpa.br/Artigos/Normas/Resolucao_5294_2020_CONSEPEAprovaoEREnaUFPA.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B. de; ALONSO, M. (org.). **Gestão educacional e tecnológica**. São Paulo: Avercamp, 2003.